

Demonstrações Financeiras

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Quotistas e Administradores da
Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Francisco Sá II Geração de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Emissão de debêntures

Conforme descrito na nota 13, a Companhia emitiu em 9 de março de 2020 instrumento de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 50.000 mil. As debêntures foram emitidas para financiamento ou refinanciamento de investimentos da Companhia em projetos de fazendas solares e possui como garantia a cessão fiduciária de recebíveis e direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas e equipamentos da Companhia além de garantia de natureza fidejussória.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados pela Companhia, a mensuração dos instrumentos financeiros em suas demonstrações financeiras e a avaliação do cumprimento de cláusulas restritivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a confirmação dos saldos em aberto com os debenturistas em 31 de dezembro de 2020, recálculo da atualização monetária, teste dos pagamentos efetuados no exercício, confronto dos valores registrados com o instrumento de emissão e com os atos societários devidamente aprovados pelos órgãos competentes. Também focamos na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a emissão dessas debêntures e sua classificação no passivo circulante e não circulante.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de mensuração dos instrumentos financeiros da Companhia derivadas da emissão das debêntures para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ativo imobilizado

Conforme apresentado na nota 9, a Companhia possui um saldo de R\$ 72.908 mil na rubrica de Ativo Imobilizado que corresponde a máquinas e equipamentos solar adquiridos para a construção de unidades de geração fotovoltaica (fazendas solares). Parte desse montante é oriundo de saldos de controladas incorporadas pela Companhia durante o exercício de 2020 e totaliza R\$ 43.299.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores registrados e a avaliação da Administração quanto à recuperabilidade dos investimentos efetuados e a divulgação em suas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, testes de adições, baixas e depreciação, confronto dos valores incorporados com os atos societários devidamente aprovados pelos órgãos competentes e análises de recuperabilidade dos investimentos efetuados.

Também focamos na adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a movimentação desses saldos no exercício.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de mensuração e registro dos montantes dos investimentos relacionados à construção de fazendas solares e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 29 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Cristiane Cléria S. Hilário', is written over a faint, light blue circular stamp.

Cristiane Cléria S. Hilário
Contadora CRC-1SP243766/O-8

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
			(Não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	805	7.925
Contas a receber	5	4.615	1.900
Outros créditos	6	365	1.707
Total do ativo circulante		5.785	11.532
Não circulante			
Caixa restrito	7	4.250	-
Investimentos	8	-	24.488
Imobilizado	9	72.908	29.957
Direito de uso de ativo	10	2.436	-
Intangível	11	7.583	8
Total do ativo não circulante		87.177	54.453
Total do ativo		92.962	65.985

	Nota	2020	2019
			(Não auditado)
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		106	15
Empréstimos e financiamentos	12	-	37.369
Debêntures	13	6.653	-
Passivo de arrendamento	10	301	-
Partes relacionadas	14	16.171	-
Obrigações tributárias		686	267
Total do passivo circulante		23.917	37.651
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	-	11.466
Debêntures	13	43.559	-
Passivo de arrendamento	10	2.229	-
Partes relacionadas	14	1.769	-
Total do passivo não circulante		47.557	11.466
Patrimônio líquido			
Capital social	15	18.423	13.501
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.146	2.684
Reserva legal		81	-
Reserva de lucro		1.838	683
Total do patrimônio líquido		21.488	16.868
Total do passivo e patrimônio líquido		92.962	65.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
		(Não auditado)		(Não auditado)	
Receita operacional líquida	16	10.557	3.805	13.192	3.805
Custo dos produtos e serviços prestados	17	(2.646)	(878)	(3.035)	(878)
Lucro bruto		7.911	2.927	10.157	2.927
(Despesas) Outras receitas operacionais					
Vendas, gerais e administrativas	17	(2.291)	(440)	(2.355)	(440)
Resultado de equivalência patrimonial	8	1.867	-	-	-
		(424)	(440)	(2.355)	(440)
Resultado antes do resultado financeiro		7.487	2.487	7.802	2.487
Receitas financeiras	18	40	43	47	43
Despesas financeiras	18	(4.620)	(1.441)	(4.657)	(1.441)
		(4.580)	(1.398)	(4.610)	(1.398)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.907	1.089	3.192	1.089
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.287)	(432)	(1.435)	(432)
Lucro líquido do exercício		1.620	657	1.757	657
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas controladores				1.620	657
Acionistas não controladores				137	-
				1.757	657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	1.620	657	1.757	657
Resultado abrangente do exercício	1.620	657	1.757	657
Atribuível a:				
Acionistas controladores			1.620	657
Acionistas não controladores			137	-
			<u>1.757</u>	<u>657</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	13.501	-	-	-	26	13.527	-	13.527
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.684	-	-	-	2.684	-	2.684
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	657	657	-	657
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	683	(683)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	13.501	2.684	-	683	-	16.868	-	16.868
Aumento de capital	2.685	(1.583)	-	-	-	1.102	-	1.102
Cessão e transferência de quotas recebidas (Nota 8)	2.238	45	-	-	-	2.283	-	2.283
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.620	1.620	137	1.757
Incorporação de controladas	-	-	-	-	-	-	(137)	(137)
Destinação do lucro:								
Reserva legal	-	-	81	-	(81)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 15)	-	-	-	-	(385)	(385)	-	(385)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.154	(1.154)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	18.423	1.146	81	1.838	-	21.488	-	21.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.620	657
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4.292	713
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento	2.540	2.047
Resultado de equivalência patrimonial	(1.867)	-
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(280)	(1.900)
Outros créditos	1.477	(1.505)
Caixa restrito	(4.250)	-
Fornecedores	10	(678)
Fornecedores Intercompany	9.217	-
Impostos e tributos a recolher	927	212
Juros pagos	(2.591)	(1.899)
Impostos pagos	(677)	(217)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	10.418	(2.570)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(11.413)	(2.586)
Aquisição caixa de controladas	183	-
Investimentos em controladas	(10.625)	(24.488)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.855)	(27.074)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Mútuo com partes relacionadas	1.802	(232)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	32.973
Amortização de empréstimos e financiamentos	(48.571)	-
Emissão de debêntures	50.000	-
Pagamentos de passivo de arrendamento (principal)	(15)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.101	2.683
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	4.317	35.424
Aumento (redução) líquido(a) do caixa e equivalentes de caixa	(7.120)	5.780
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.925	2.145
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	805	7.925
Aumento (redução) líquido(a) do caixa e equivalentes de caixa	(7.120)	5.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Francisco Sá II Geração de Energia S.A. (Companhia), constituída em 19 de março de 2018, tem por objeto principal desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriunda de fonte solar, bem como desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas a consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica, incluindo a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia, incluindo, mas não se limitando a equipamentos de geração de energia solar, a estruturação e participação em projetos de geração de energia distribuída relacionado ao sistema de compensação de energia da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia foi constituída como uma sociedade limitada e foi alterada para Sociedade Anônima em 15 de janeiro de 2020.

Em 06 de fevereiro de 2020, a Francisco Sá II Geração de Energia S.A, recebeu por meio de cessão, parte das quotas das Companhias Brasília de Minas Campo Lindo Geração de Energia Solar Ltda., Janaúba Floresta Geração de Energia Solar Ltda. e Pampulha Geração de Energia Solar Ltda., conforme Nota 8.

Em 28 de agosto de 2020, a Francisco Sá II Geração de Energia S.A, enquanto matriz, incorporou as Companhias adquiridas e, em 02 de setembro de 2020, constituiu a abertura de filiais, conforme Nota 8:

- BRASÍLIA DE MINAS CAMPO LINDO GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR LTDA., com sede na cidade de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Sucuriu, s/n, saída da Fernão Dias KM 09 e 10 Fazenda Campo Lindo, bairro/distrito Área Rural, CEP 39.330-000, tornando-se filial da Francisco Sá II Geração de Energia S.A a partir do dia 02 de setembro de 2020;
- JANAÚBA FLORESTA GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR LTDA., sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Janaúba, Estado de Minas Gerais, na Rodovia MG 451, KM 7, Estrada da Floresta, CEP 39.440-001, tornando-se filial da Francisco Sá II Geração de Energia S.A a partir do dia 02 de setembro de 2020;
- PAMPULHA GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR LTDA., sociedade empresária de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR 122, KM 221, Bairro Francisco Sá, CEP 39.580-000, tornando-se filial da Francisco Sá II Geração de Energia S.A a partir do dia 02 de setembro de 2020.

A Companhia tem sua sede instalada na Rodovia MG 122, número KM 110, Fazenda Caititu, bairro/distrito Francisco Sá, município Francisco Sa - MG, CEP 39.580-000.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

A Companhia possui quatro fazendas solares em operação, com capacidade de geração de energia de 5MWac (Francisco Sá II e Brasília de Minas), e 2,5 MWac (Janaúba Floresta e Pampulha).

Em 2020, as filiais Pampulha Geração de Energia Solar Ltda. e Janaúba Floresta Geração de Energia Solar Ltda., ambas com capacidade de geração de 2,5 MWac e Brasília de Minas Campo Lindo Geração de Energia Solar Ltda. com capacidade de geração de 5 MWac adentraram na fase operacional. Conseqüentemente, adicionada a capacidade de geração de 5 MWac da matriz, constitui uma capacidade total de geração de 15 MWac.

Em 2020 a Companhia, por meio de suas quatro Usinas Fotovoltaicas em operação, atende aproximadamente 3,4 mil clientes no estado de Minas Gerais, sendo estes, pessoas físicas e jurídicas.

Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o surto do Coronavírus COVID-19 como uma pandemia em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos implementaram pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 efetivamente provocaram.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Durante a crise, a Administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia--Continuação

A Companhia implementou as seguintes medidas durante o ano de 2020:

- Implementação de um comitê de Gestão de Crise;
- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus;
- Suspensão de viagens, treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores;
- Adoção temporária do regime de home office no período de pandemia, para todos os funcionários;
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas.
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais.

Visando reduzir os impactos financeiros a Administração ainda adotou as seguintes medidas:

- Renegociação de prazos de certos passivos junto a bancos, fornecedores e outras contas a pagar;
- Prorrogação do PIS/COFINS, referente aos meses de março e abril de 2020, conforme portaria nº 139 de abril de 2020.
- Prorrogação do FGTS referente aos meses de março a maio de 2020, conforme previsto pela MP 927/202;
- Redução de jornada de trabalho com redução salarial proporcional de 25% para parte dos colaboradores, entre abril e julho de 2020, conforme previsto pela MP 936/2020;
- Utilização de diferimentos fiscais e outras propostas de otimização tributária;
- Alteração da estratégia de vendas, com Intensificação e aceleração de vendas para clientes pessoas físicas, nas operações de fazendas solares;
- Intensificação nas renegociações de dívidas de clientes e flexibilização das condições de pagamento com o objetivo de conter o aumento do giro de clientes na base.

Por consequência das medidas apresentadas acima, a Administração considera ter seguido com eficácia os direcionamentos dos órgãos competentes em relação a boas práticas no ambiente de trabalho para prevenção da COVID-19, se adaptou rapidamente à nova realidade de trabalho remoto e manteve faturamento e caixa dentro do planejado para 2020.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 28 de março de 2021.

2.1. Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Em conformidade com o disposto pela Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 1 de janeiro de 2020. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis.

O CPC 13 desobrigou as companhias a aplicar o disposto na Deliberação CVM nº. 506/06 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, na adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08. Essa deliberação requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, a companhia deve demonstrar o balanço de abertura para conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo para fins de comparação, bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.

A Companhia exerceu a faculdade prevista nesse CPC, refletindo os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1 de janeiro de 2020. Os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 apresentados para fins de comparação foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias Companhias (NBC TG 1000 (R1)) e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.1. Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08--Continuação

As referidas alterações nas práticas contábeis que produziram efeitos na preparação ou na apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e no balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2020, foram mensuradas e registradas pela Companhia com base nos pronunciamentos contábeis emitidos e vigentes nesta data.

Conciliação dos efeitos da adoção inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

Em atendimento aos requerimentos de divulgação sobre adoção inicial das novas práticas contábeis, no quadro abaixo, a Companhia está apresentando para esse exercício e o exercício anterior para fins de comparação, uma breve descrição e os valores correspondentes aos impactos no patrimônio líquido e no resultado, da controladora e consolidado, referentes às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Os impactos no resultado da controladora e consolidado, estão demonstrados apenas para o resultado do exercício de 2020 face à opção efetuada pela Companhia em relação à data de transição:

	Controladora	
	2020	2019
Patrimônio líquido com a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08	21.488	14.972
CPC 06(R2) - Arrendamentos	(93)	-
CPC 04 - Intangível	1.896	1.896
Patrimônio líquido antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08	23.291	16.868
	Controladora	
	2020	2019
Lucro líquido com a aplicação integral da Lei 11.638/07 e MP 449/08	1.620	(1.239)
CPC 06(R2) - Arrendamentos	(93)	-
CPC 04 - Intangível	1.896	1.896
Lucro líquido antes das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 e MP 449/08	3.423	657

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

2.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas e coligadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em Companhias controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente a participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas Companhias, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas e coligadas--Continuação

a) Controladas--Continuação

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

b) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas é reconhecida de forma reflexa em seu patrimônio líquido.

c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são registradas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos sócios da Controladora.

d) Transações e participações de quotistas não controladores

A Companhia trata as transações com participações de acionistas não controladores, quando aplicável, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.5.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros: no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Entidade não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Passivos financeiros: um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros: os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

2.5.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessárias, são constituídas com base na análise do contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização.

2.5.5. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.6. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Vida útil (anos)</u>
Máquinas e equipamentos solar	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados, e representam adequadamente a posição no final do exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5.5).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.5.7. Intangível

A partir da Lei 11.638/07, o grupo de intangível passa a ser formado por contas que estavam em outros grupos do Ativo Permanente, e novas transações, que representam bens incorpóreos, como por exemplo, as marcas, as patentes, os direitos de concessão, os direitos de exploração, direitos de franquia, direitos autorais, gastos com desenvolvimento de produtos novos, formação de carteira de clientes, ágio pago por expectativa de resultado futuro (fundo de comércio, ou *goodwill*).

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.7. Intangível--Continuação

Na Companhia o intangível refere-se aos gastos com a formação da carteira de clientes. Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de amortização acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como custos de intangível os honorários profissionais da equipe de vendas, propaganda e publicidade, entre outros gastos diretamente relacionados com a formação de carteira de clientes. Estes gastos são classificados no intangível como Set Up - Fazenda Solar, quando concluídos e prontos para o uso pretendido.

A amortização destes ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A taxa de amortização do intangível foi definida de acordo com a base histórica do giro da carteira de clientes. Tal estimativa é revisada anualmente pela Administração.

2.5.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.5.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, em despesas financeiras, em que são incorridos.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

2.5.10. Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas razoavelmente fundamentadas e são consideradas estimativas contábeis.

2.5.12. Reconhecimento de receitas

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos produtos e ferramentais, a Companhia considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

2.5.13. Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2020, com a adoção das normas vigentes, incluindo do CPC 06(R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como arrendamento financeiro. O valor foi calculado considerando um prazo total de vigência do contrato.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.13. Arrendamentos--Continuação

Premissas para o reconhecimento

A Companhia adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

A Companhia reconhece o Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.
- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto utilizada é de 11,24% a.a, calculada ao adicionar sobre a última disponibilização da curva DI x pré de 2020 o spread de crédito incidente sobre a emissão do instrumento de debêntures, para o período de 25 anos.
- (vii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento;
- (viii) Garantia - estimativa do impacto da garantia reduzindo sinteticamente o rendimento (*yield*) observado nas curvas de captação da Companhia; e
- (ix) Ambiente econômico similar - risco de crédito da Companhia, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.13. Arrendamentos--Continuação

Premissas para o reconhecimento--Continuação

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2020 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos financeiros. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.5.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez os pronunciamentos vigentes e alterações, a partir de 1º de janeiro de 2020 conforme detalhado na nota 2.1. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.5. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

IFRS 17 - Contratos de seguro: em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e suas controladas revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bancos conta movimento	264	503
Aplicações financeiras	541	7.422
	<u>805</u>	<u>7.925</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários, operações compromissadas ou títulos públicos federais e foram realizadas junto a instituições financeiras nacionais, consideradas de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos. São contratadas com rentabilidade nas condições usuais de mercado para a modalidade, considerando o valor, o prazo e a época da aplicação, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Companhia.

5. Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a receber mercado interno	4.615	1.900
	<u>4.615</u>	<u>1.900</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há contas a receber vencido. A posição de recebíveis são de saldos a vencer.

A Administração da Companhia avaliou a existência de perdas esperadas conforme CPC 48 e não identificou nenhum montante a ser provisionado.

6. Outros créditos

A composição de outros créditos, é conforme segue abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas antecipadas	342	1.707
Adiantamento a fornecedores e outros	23	-
	<u>365</u>	<u>1.707</u>

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

7. Caixa restrito

A Companhia mantém saldo de caixa restrito, na qualidade de cessão fiduciária decorrente das debêntures emitidas em 2020, conforme Nota 13.

	2020	2019
Caixa restrito	4.250	-
	4.250	-

8. Investimentos

	Participação %	2020	Participação %	2019
Pampulha Geração de Energia Solar Ltda. (Pampulha)	-	-	88,10	5.400
Janaúba Floresta Geração de Energia Solar Ltda. (Janaúba Floresta)	-	-	89,20	5.174
Brasília de Minas Geração de Energia Solar Ltda. (Brasília de Minas)	-	-	94,00	13.914
		-		24.488

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia havia remetido montantes à título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) para as investidas que vieram a se tornar controladas efetivamente em 2020.

Em 06 de fevereiro de 2020, a Companhia recebeu por meio de cessão e transferência, parte das quotas que a controladora Ebes Sistemas de Energia S.A detinha nas Companhias Brasília de Minas Campo Lindo Geração de Energia Solar Ltda., Janaúba Floresta Geração de Energia Solar Ltda. e Pampulha Geração de Energia Solar Ltda., pelo valor de livros, sem efeitos de ganho ou perda, que resultaram no aumento de capital na Companhia no montante total de R\$ 2.283.

Em agosto de 2020 as investidas foram incorporadas pela Companhia tornando-se filiais.

Movimentação dos investimentos em controladas

	Saldos iniciais 2019	Aumento de capital	Cessão e transferência de cotas	Equivalência patrimonial	Acervo líquido incorporado	Saldos finais 2020
Pampulha	5.400	2.550	726	22	(8.699)	-
Janaúba Floresta	5.174	2.739	644	286	(8.843)	-
Brasília de Minas	13.914	5.336	913	1.559	(21.722)	-
	24.488	10.625	2.283	1.867	(39.264)	-

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

8. Investimentos--Continuação

Incorporação de controladas

Em 27 de agosto de 2020, os sócios aprovaram a incorporação das controladas que a Companhia detinha o controle, de forma a aperfeiçoar a Administração e garantir a sinergia de toda a operação. Dessa forma, a incorporação atenderá aos interesses das sociedades e de seus respectivos acionistas ou sócios, conforme aplicável.

A mencionada incorporação foi fundamentada no acervo líquido contábil das controladas apurados com base nos valores contábeis de 27 de agosto de 2020, sem a geração de ganhos ou perdas, como apresentado abaixo:

Ativo	Acervo líquido incorporado			
	Pampulha	Janaúba Floresta	Brasília de Minas	Total
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	181	185
Contas a receber	97	432	1.907	2.436
Outros créditos	42	33	58	133
	141	467	2.146	2.754
Não circulante				
Imobilizado	9.904	9.790	23.605	43.299
	9.904	9.790	23.605	43.299
Total do ativo	10.045	10.257	25.751	46.053

Passivo	Acervo líquido incorporado			
	Pampulha	Janaúba Floresta	Brasília de Minas	Total
Circulante				
Fornecedores	(0)	42	40	82
Obrigações tributárias	14	49	106	169
	14	91	146	251
Não circulante				
Partes relacionadas	1.332	1.323	3.882	6.537
	1.332	1.323	3.882	6.537
Total do passivo	1.346	1.414	4.028	6.788
Total do acervo líquido incorporado	8.699	8.843	21.723	39.265

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

a) Saldos

	Taxa média anual de depreciação - %	2020		2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar	0,25	75.910	(3.002)	72.908	29.957
		75.910	(3.002)	72.908	29.957

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

	2019	Adições	Incorporações	Depreciações	2020
Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar	29.957	1.941	43.299	(2.289)	72.908
	29.957	1.941	43.299	(2.289)	72.908

10. Direito de uso e passivo de arrendamento

Conforme mencionado na nota 2.1. a Companhia adotou a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, pela primeira vez em 1 de janeiro de 2020.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Saldo em 31/12/2019	Adoção inicial	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	-	2.544	-	(108)	2.436

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

10. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

b) Passivo de arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Saldo em 31/12/2019	Adoção Inicial	Juros	Pagamento	Saldo em 31/12/2020
Passivo de Arrendamento	-	2.544	276	(290)	2.530
Circulante					301
Não Circulante					2.229
					<u>2.530</u>

A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da adoção inicial foi de 11,24% a.a. para contrato com prazo de vencimento de 25 anos. Para determinação da taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou como referência a última disponibilização da curva DI x pré de 2020 o spread de crédito incidente sobre a emissão do instrumento de debêntures.

11. Intangível

	Taxa média anual de amortização - %	2020			2019
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Set Up - Fazenda Solar	20	9.479	(1.896)	7.583	7
		<u>9.479</u>	<u>(1.896)</u>	<u>7.583</u>	<u>7</u>

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

	Valor R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7
Aquisições	-
Amortização	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>7</u>
Aquisições	9.472
Amortização	(1.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>7.583</u>

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação

O saldo de Set Up - Fazenda Solar refere-se aos investimentos feitos para montar a carteira de clientes dos consórcios.

Os gastos de desenvolvimento da carteira de clientes inicialmente são incorridos na Controladora (Ebes Sistemas de Energia) no período de vendas e posteriormente, quando a fazenda solar entra em operação, estes valores são transferidos, por meio de Nota de débito de compartilhamento de despesas, para a Controlada que detêm a Fazenda Solar.

Os gastos para formação de carteira de clientes da fazenda solar são: Propaganda/publicidade e eventos, despesas com o pessoal de vendas (folha de pagamento, comissões, entre outros).

O reconhecimento do intangível Set UP - Fazenda Solar, está em acordo com o pronunciamento CPC 04 - Intangível, atendendo aos requisitos de identificação, controle e benefício econômicos futuros.

12. Empréstimos e financiamentos

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	2019	Captações	Provisão dos juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	2020
Capital de Giro	CDI + 4,5%	Real	abr/20	35.164	-	816	(980)	(35.000)	-
Financiamento Fazenda Solar	CDI + 5,12%	Real	abr/20	13.671	-	423	(522)	(13.572)	-
				<u>48.835</u>	<u>-</u>	<u>1.239</u>	<u>(1.502)</u>	<u>(48.572)</u>	<u>-</u>
Circulante				<u>37.369</u>					
Não Circulante				<u>11.466</u>					
				<u>48.835</u>					

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por cessão fiduciária de recebíveis e direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas e equipamentos da companhia além de garantia de natureza fidejussória, e foram contratados ou emitidos com taxas praticadas para o respectivo setor, normais de mercado considerando a modalidade, o valor, o prazo e a época da captação do recurso.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13. Debêntures

	2020	2019
Debêntures (a)	51.805	-
(-) Custos de emissão a apropriar (b)	(1.593)	-
	50.212	-
Circulante	6.653	-
Não Circulante	43.559	-
	50.212	-

a) Debêntures

Modalidade do financiamento	Taxa de juros	Moeda	Vencimento	2019	Captações	Provisão dos juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	2020	Circulante	Não Circulante
Debêntures	CDI + 4,5%	Real	mar/27	-	50.000	2.618	(813)	-	51.805	6.934	44.871
(-) Custos de emissão a apropriar (b)				-	50.000	2.618	(813)	-	51.805	6.934	44.871
									(1.593)	(281)	(1.312)
									50.212	6.653	43.559

Em 09 de março de 2020, a Companhia realizou novas captações de recursos via mercado de capitais, através de emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória, no montante de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais). O valor é composto por uma série única, fazendo jus de juros remuneratórios de CDI + 4,5% e com vencimento em março de 2027, sendo (i) pagamento mensal de juros a partir de outubro de 2020, (ii) amortização mensal do principal a partir de março de 2021.

O instrumento de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória, emitido para financiamento ou refinanciamento de Capex (projeto Fazendas Solares) possui enquanto garantia cessão fiduciária de recebíveis e direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas e equipamentos da emissora além de garantia de natureza fidejussória.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13. Debêntures--Continuação

a) Debêntures--Continuação

As debêntures estão sujeitas exclusivamente ao cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), calculadas anualmente e que são baseadas, principalmente, em obrigações e índices não financeiros que são respondidos ao agente fiduciário da emissão mediante a solicitação. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuada.

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

<u>Vencimento</u>	
2021	6.934
2022	8.206
2023	8.469
2024	8.315
2025	8.655
2026	8.934
2027	2.292
Total	<u>51.805</u>

b) Custos de emissão a apropriar

Refere-se aos custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida debêntures, contabilizado como redução do valor justo inicial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

14. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldos em aberto com a Controladora Ebes Sistemas de Energia S.A. conforme consta abaixo:

a) Saldos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a pagar	15.753	-
Dividendos a pagar	385	-
Mútuo Controladora	1.802	-
	<u>17.940</u>	-
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante	16.171	-
Não Circulante	1.769	-
	<u>17.940</u>	-

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

14. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos--Continuação

As contas a pagar corresponde a aquisição de equipamentos para a construção das fazendas solares, no montante de R\$ 6.273 e R\$ 9.479 referente aos custos de Set-Up fazenda solar (Nota 11).

O mútuo corresponde a recursos utilizados na construção das fazendas com incidência de juros de mercado, formalizados entre as partes e com vencimento previsto em até vinte anos e possibilidade de liquidação antecipada.

b) Transações

As transações que ocorreram em 2020 entre Companhia e a Controladora Ebes Sistemas de Energia S.A, referem-se aos juros decorrentes dos contratos de mútuo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Empréstimos	16.138	-
Juros	169	-

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é paga diretamente pela controladora da Companhia. A remuneração da Administração inclui benefícios de curto prazo, tais como salários, os encargos sociais e outros.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, totalmente integralizado, é de R\$18.423 (R\$13.501 em 2019), representado em 18.423.363 ações, no valor nominal de R\$1,00 cada uma (13.501.000 em 2019), assim distribuído entre seus acionistas:

Acionistas	2020		2019	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Ebes Sistemas de Energia S.A.	18.423.359	100%	13.500.999	100%
Finco Assessoria Financeira Eireli	4	0%	1	0%
	<u>18.423.363</u>	<u>100%</u>	<u>13.501.000</u>	<u>100%</u>

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

15.1. Capital social--Continuação

a) Aumentos de capital

- (i) Em 30 de abril de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital no valor de R\$ 2.684 com a subscrição de 2.683.900 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas por EBES Sistemas de Energia S.A. ao valor de R\$ 1,00 por ação, passando o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado a ser R\$ 16.185, dividido em 16.184.930 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e
- (ii) Em 31 de maio de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, retificada na mesma data, o aumento de capital no valor de R\$ 2.238 com a subscrição de 2.238.433 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas por EBES Sistemas de Energia S.A. e por FINCO Assessoria Financeira Eireli ao valor de R\$ 1,00 por ação, aumentando o capital social da Companhia, que está totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 18.423, dividido em 18.423.363 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia recebeu em 31 de dezembro de 2020 um adiantamento no montante de R\$ 1.101 de sua controladora para futuro aumento de capital (R\$ 2.684 em 31 de dezembro de 2019).

15.2. Reservas

a) Reserva legal

Constituída com a destinação de lucro líquido no montante de 5%, limitada a 20% do capital social e tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital.

Foram constituídas, em decorrência da apuração de lucro no fechamento do exercício de 2020, reserva legal no montante de R\$81.

b) Reserva de lucros

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e tem a finalidade de capitalização da Companhia para futuras destinações.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

15.2. Reservas--Continuação

c) Distribuição de dividendos

Conforme estatuto social a Companhia é obrigada a distribuir dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro apurado em cada exercício. Em 2020 os dividendos foram de R\$385.

16. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de locações	10.957	3.949	13.692	3.949
(-) Impostos sobre receitas	(400)	(144)	(500)	(144)
	10.557	3.805	13.192	3.805

17. Abertura dos custos e das despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Matérias-primas, materiais e serviços terceiros	(669)	(108)	(738)	(108)
Serviços de terceiros	(263)	(93)	(296)	(93)
Depreciações e amortizações	(4.022)	(713)	(4.292)	(713)
Despesas tributárias	(67)	(447)	(92)	(447)
Uso e consumo	(5)	-	(5)	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	102	-	102
Outras (despesas) e receitas	89	(59)	33	(59)
	(4.937)	(1.318)	(5.390)	(1.318)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(2.646)	(878)	(3.035)	(878)
Vendas, gerais e administrativas	(2.291)	(440)	(2.355)	(440)
	(4.937)	(1.318)	(5.390)	(1.318)

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(75)	(46)	(79)	(46)
Juros, multas e descontos concedidos	(4.545)	(1.395)	(4.578)	(1.395)
	(4.620)	(1.441)	(4.657)	(1.441)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	40	43	40	43
Juros ativos e descontos recebidos	-	-	7	-
	40	43	47	43
	(4.580)	(1.398)	(4.610)	(1.398)

19. Provisão para demandas judiciais

A Companhia no curso normal dos seus negócios está sujeita a riscos processuais, sobre os quais a Administração apoiada por seus assessores jurídicos avalia anualmente, e, quando necessário, constitui provisões baseadas nessa avaliação sob a melhor estimativa que possuem na oportunidade do evento. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não detinha nenhum processo com probabilidade de perda provável.

Os processos de natureza trabalhistas avaliados com risco de perda possível somam em 31 de dezembro de 2020 R\$ 3 (R\$3 em 2019).

20. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura os impostos de acordo com o regime tributário lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
CSLL	(372)	(118)	(428)	(118)
IRPJ	(915)	(314)	(1.007)	(314)
	(1.287)	(432)	(1.435)	(432)

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamentos, outros créditos, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, obrigações a pagar a sócios e partes relacionadas, e outras obrigações, estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado através de estratégias operacionais visando à liquidez, rentabilidade e segurança, e são permanentemente acompanhados pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante o exercício também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A classificação dos principais instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo:

	2020	2019
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	805	7.925
Contas a receber	4.615	1.900
Caixa restrito	4.250	-
	9.670	9.825
Passivos financeiros		
Fornecedores	106	15
Empréstimos e financiamentos	-	48.835
Debêntures	50.212	-
Passivo de arrendamento	2.529	-
Partes relacionadas	17.940	-
	70.787	48.850

22. Gerenciamento de riscos

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é responsável por monitorar e analisar os cenários econômico financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

22. Gerenciamento de riscos--Continuação

Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, sendo que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular.

a) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito (i)	4 e 7	5.055	7.925
Contas a receber de clientes e partes relacionadas (ii)	5 e 14	4.615	1.900
		9.670	9.825

(i) Bancos: esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

(ii) Contas a receber de clientes: a Administração busca mitigar o risco de inadimplência de sua carteira por meio de monitoramento e avaliação periódica individual de seus clientes.

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia e suas controladas pode incluir referências bancárias.

Exposição a riscos de crédito

Os limites de crédito dos clientes não são analisados diretamente na Companhia. Esta análise é realizada na controladora Ebes Sistemas de Energia S.A, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para cada cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

22. Gerenciamento de riscos--Continuação

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preço das matérias-primas, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo maximizar retornos.

Risco de variação cambial

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas estarem sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

c) Risco de liquidez

Na gestão do risco de liquidez a Companhia e suas controladas monitoram e mantêm um nível de caixa e equivalentes de caixa adequado para financiar as operações da Companhia e suas controladas e mitigar os efeitos das flutuações nos fluxos de caixa.

Francisco Sá II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

22. Gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na taxa de juros no encerramento do exercício.

	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 meses a 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Total dos fluxos de caixa não descontados</u>
Fornecedores	106	-	-	106
Empréstimos e financiamentos	848	6.085	41.902	48.835

23. Cobertura de seguros

Os ativos imobilizados da Companhia estão garantidos por contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.